



PROJETO DE LEI Nº 179/2023

**DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO DE
SEGURANÇA NO SISTEMA DE
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO
DE PARAUAPEBAS VOLTADO A
ENFRENTAR E INIBIR A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ,
APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do município de Parauapebas, o protocolo de segurança voltado à atuação da população, motoristas e funcionários do Sistema de Transporte Público Coletivo para contribuir com o enfrentamento à violência contra a mulher.

Art. 2º Esta Lei tem como objetivos:

- I – estimular a atuação de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, em situação de violência contra a mulher no município;
- II – proteger a vida e a integridade da mulher;
- III – desestimular a violência contra a mulher por razões de gênero;
- IV – garantir a segurança do serviço prestado no município;
- V – coibir o abuso sexual nos veículos de transporte público;
- VI – fomentar campanhas educativas para estimular denúncias de violência contra a mulher;
- VII – conscientizar a população sobre a importância de denunciar as práticas de violência contra a mulher à autoridade competente; e
- VIII – criar mecanismos que possibilitem a aplicação da legislação vigente referente a atos de violência contra a mulher e aos crimes de importunação sexual.

Art. 3º O protocolo de que trata esta Lei tem como fundamentos:

- I – a responsabilização do agente de violência contra a mulher;
- II – o respeito à diversidade e às questões de gênero;
- III – o enfrentamento de toda forma de violência contra a mulher;
- IV – a observância à garantia dos direitos universais;
- V – o fortalecimento da cidadania; e
- VI – o respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos.

Art. 4º O protocolo de segurança deve observar as seguintes recomendações:

- I – os trabalhadores do transporte público local devem acionar de imediato o aparato policial ao presenciar situações de importunação sexual, abuso ou violência contra a mulher;



II – os trabalhadores do transporte público local devem acionar o Conselho Tutelar nos casos em que crianças e adolescentes sejam vítimas ou testemunhem o momento de situação de violência no transporte público coletivo; e

III – as empresas que operam no sistema de transporte público municipal devem disponibilizar, a pedido das vítimas, imagens gravadas por câmeras instaladas nos veículos referentes ou outros meios de prova, se houver, dos casos registrados de importunação sexual, abuso e violência contra a mulher.

Art. 5º São diretrizes para efetivação do protocolo de segurança:

I – instituição de serviços coordenados por equipes multidisciplinares e voltados à orientação, para a correta atuação da população e de trabalhadores do transporte público;

II – autonomia técnica das equipes multidisciplinares em relação à escolha da fundamentação teórica, das dinâmicas de grupo utilizadas e da ordenação e seleção de temas relacionados à violência contra a mulher a serem abordados;

III – promoção de atividades educativas e pedagógicas voltadas à conscientização das situações de violação dos direitos das mulheres;

IV – avaliação e monitoramento permanentes dos serviços prestados por meio de relatórios técnicos; e

V – formação continuada das equipes multidisciplinares envolvidas nas atividades educativas e pedagógicas, com a participação da população e dos trabalhadores do transporte público.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas (PA), 21 de agosto de 2023.

JUSTIFICATIVA

Senhor presidente e nobres vereadores,

Chegamos, segundo o censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a 130 mil mulheres em Parauapebas. Elas seguem em menor número em relação aos homens, mas são, em média, mais escolarizadas e vivem mais.

Os microdados do censo, que serão divulgados nos próximos meses, trarão um recorte municipal detalhado de onde elas estão (a maioria, 92% das mulheres Parauapebas, reside na zona urbana) e como vivem (infelizmente, elas ainda ganham 20% a menos que os homens pelo desempenho de uma mesma atividade, e isso quando encontram emprego, uma vez que, para cada três homens empregados formalmente em Parauapebas, há apenas uma mulher).



Apesar da representatividade da mulher, ela continua a ser vítima de diversos tipos de violência em nível municipal, com ocorrências diárias. Em um estado onde quase 250 mulheres foram assassinadas ano passado, e em um município com casos recorrentes de agressão, toda e qualquer medida que venham fortalecer a proteção delas se torna bem-vinda.

O transporte público coletivo, que em Parauapebas é realizado por meio de micro-ônibus, é um cenário de ocorrências diárias de agressões, principal devido ao assédio sexual, que, infelizmente, é evento comum nos horários de pico. Nesses horários, de ida e volta ao trabalho, muitas mulheres são alvo de malandros, que se aproveitam para apalpar ou se esfregar, de forma irresponsável, sem qualquer consentimento. Para além disso, registram-se os empurrões e puxões de cabelo que nada têm de inocente. Isso também é violência.

Assim, **este Projeto de Lei fundamenta-se na necessidade de proteger e garantir a segurança das mulheres que utilizam o transporte público, diante dos casos corriqueiros de assédio, abuso e violência de gênero que ocorrem nesse ambiente.** Esta matéria, aliás, soma-se aos esforços de outra já em curso, que é o PL nº 82/2023, de autoria do colega Zé do Bode, o qual dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao assédio sexual de mulheres no transporte coletivo do município. Aqui, no entanto, o debate é ampliado para além do assédio.

A proposição em comento busca estabelecer um protocolo de segurança específico para o Sistema de Transporte Público Coletivo de Parauapebas a fim de prevenir e combater a violência contra a mulher, com medidas como:

- treinamento dos profissionais do setor para identificar situações de assédio e violência contra a mulher, bem como orientações sobre como agir nessas situações;
- criação de canais de denúncia e apoio às vítimas, garantindo a confidencialidade e o encaminhamento adequado dos casos;
- divulgação de informações sobre os direitos das mulheres e sobre como denunciar casos de violência, a fim de conscientizar e empoderar as vítimas;
- parcerias com órgãos de segurança pública para intensificar a presença policial nas rotas de circulação dos micro-ônibus.

Pelo exposto, e diante do interesse público da matéria, que alcança diretamente 130 mil mulheres em Parauapebas, espero contar com apoio dos nobres colegas para aprovação deste Projeto, o qual contribui para o fortalecimento da igualdade de gênero e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2023.

Eliene Soares de Sousa
Vereadora (MDB)